



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 RP Nº 008/2024

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisição de curativos especiais (coberturas e adjuvantes) a fim de atender aos pacientes assistidos pela Rede de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por NEO HOSPITALAR LTDA, protocolada na Plataforma BBMNET no dia 16/08/2024, às 15:37h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 041/2024, Pregão Eletrônico nº 014/2024, RP nº 008/2024.

A impugnação é focalizada em relação ao descritivo do item 01 (Solução aquosa para irrigação / limpeza e descontaminação de feridas, composta por 0,2% de Polihexanida (PHMB), com ação bactericida. Frasco de 350 ml) do Edital.

A impugnante alega que *"(...) o descritivo técnico do item 01, contém em sua especificação técnica, trecho que direcionam de forma indireta o objeto, inibindo assim a participação de fabricantes que tenham tecnologia diferente, mas com qualidade igual ou, até superior"*.

Sustenta que *"(...) o descritivo se encontra direcionado para o produto Polihexam Plus Phmb 0,2% Líquido 350ml da marca HELIANTO"*, argumentando se tratar do único produto do mercado com referida composição.

Apresenta, a título de *"sugestão de descritivo técnico livres de direcionamento"*, alternativa para a descrição técnica do item 01, qual seja, *"Solução Aquosa para irrigação/limpeza e descontaminação de feridas, composta de Glicerina, 0,1% de Polihexanida (PHMB), 0,1% OU 0,2% de Betaina e 99,8% de água purificada por sistema de osmose reversa ou por destilação, com condutividade < 1,3 us/cm e TOC < 500 ppb (...)".* (grifo nosso)

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação da disposição editalícia impugnada.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

#### II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

**"Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

**§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos,**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

*decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.*

**§ 2º** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**§ 3º** - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame."

De acordo com o item 12.1 do Edital, "As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link "editais e resultados" e posteriormente "impugnar".

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 22/08/2024, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 16/08/2024, às 15:37h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo das Impugnações, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se das presentes Impugnações.

### III. Do mérito da Impugnação

#### III.1. Da análise da conformidade das especificações técnicas do produto licitado (item 01)

Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública, cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

*"(...) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

*Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)*

As exigências editalícias alusivas às especificações técnicas do objeto licitado ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Destina-se o processo licitatório ao Registro de Preços para aquisição de curativos especiais (coberturas e adjuvantes) a fim de atender aos pacientes assistidos pela Rede de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, solicitante do certame, as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando o descritivo técnico pertinente ao item 01 (Solução aquosa para irrigação / limpeza e descontaminação de feridas, composta por 0,2% de Polihexanida (PHMB), com ação bactericida. Frasco de 350 ml) do Edital.

O item 19 do Edital contempla descrição dos produtos a serem adquiridos, com remissão à descrição detalhada do objeto constante do Anexo I – Termo de Referência:

### 19. DA DESCRIÇÃO/QUANTIDADE E DO VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
01	5.000	Unid	Solução aquosa para irrigação / limpeza e descontaminação de feridas, <u>composta por 0,2% de Polihexanida (PHMB)</u> , com ação bactericida. Frasco de 350 ml. Conforme descrição constante do Anexo I – Termo de Referência.

O cerne da Impugnação consiste em verificar a necessidade (ou não) de retificação do descritivo técnico do item 01, notadamente para que seja permitidas propostas com oferta de “Solução Aquosa para irrigação/limpeza e descontaminação de feridas, composta de Glicerina, 0,1% de Polihexanida (PHMB)”, ao fundamento de ampliação da competitividade.

Considerando a natureza técnica dos questionamentos, o Setor de Licitação promoveu o encaminhamento da documentação à Secretaria Municipal de Saúde, pugnando



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

pronunciamento acerca do mérito da Impugnação. De acordo com comunicação encaminhada via e-mail nesta data (19/08/2024, às 14:10), a Secretaria Municipal de Saúde manifestou-se no sentido da improcedência da Impugnação.

Para tanto, justificou que a composição química exigida no Edital, notadamente em relação à concentração de 0,2% de Polihexanida (PHMB), é correspondente ao dobro daquela presente na sugestão constante da Impugnação. Portanto, diante da significativa diferença entre as concentrações dos componentes dos produtos, não se justifica a revisão sugerida.

Ademais, ainda de acordo com a manifestação técnica da Secretaria Municipal de Saúde, o descritivo exigido no Edital é passível de ser atendido mediante múltiplos produtos, de diferentes fabricantes/fornecedores (dentre eles, Polihexam Plus Phmb 0,2% Líquido 350ml Helianto e Solução de Aquosa Biguasol com PHMB 0,2% - GAMAN PHARMA), afastando-se a alegação de que o instrumento convocatório estaria direcionado a um único produto, sobretudo considerando que tais mercadorias não são de fornecimento exclusivo, podendo ser ofertadas por uma ampla gama de fornecedores.

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em assegurar a efetividade e eficiência no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem injustificadamente a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão das condições de execução do objeto, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

#### IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por NEO HOSPITALAR LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via Plataforma BBMNET, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 19 de agosto de 2024.

  
Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt  
Pregoeiro